



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Fornecimento e instalação de divisórias navais no Cartório Eleitoral da 60ª ZE – Guaramirim/SC.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Em razão da mudança de endereço do cartório, é necessária a adequação do espaço com a utilização de divisórias para o seu melhor funcionamento, como é o padrão na Justiça Eleitoral de Santa Catarina.

2.2. Objetivos e Benefícios

Espera-se criar um ambiente confortável para o eleitor e servidores dos cartórios, com espaços para o atendimento, espera, copa e arquivo da documentação.

2.3. Alinhamento Estratégico

SGP3.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Os estudos preliminares foram juntados aos autos do PAE n. 15.866/2022.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda a ser contratada foi levantada a partir das medidas do projeto disponibilizado pelo proprietário do imóvel, sem o cômputo de eventuais perdas de materiais.

PAINEL/PAINEL/VIDRO - 20,85m²

PAINEL/VIDRO/VIDRO – 17,90 m²

PORTAS COMPLETAS = 02 UNIDADES

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

MATERIAL	DESCRIÇÃO
PAINEL	Painéis de, no mínimo, 35 mm (trinta e cinco milímetros) de espessura, com miolo semioco, revestido em pintura à base d'água, com secagem ultravioleta na cor branca. Altura aproximada de 2,10m (dois metros e dez centímetros) ou 1,05m (um metro e cinco centímetros) a partir do piso.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ESTRUTURA	Perfis de aço galvanizado pintados na cor preta, com montantes estruturais simples que possibilitem a adequação das divisórias à modulação de, aproximadamente, 125cm (cento e vinte e cinco centímetros).
VIDRO	Vidros com espessura mínima de 4mm (quatro milímetros), estruturados com perfis de aço galvanizado pintados na cor preta, com montantes estruturais que possibilitem a adequação das divisórias à modulação de, aproximadamente, 125cm (cento e vinte e cinco centímetros).
PORTAS	Porta completa para divisórias com miolo semioco, com dobradiças e fechaduras, com perfeito acabamento, nas dimensões 90x210cm (acessibilidade universal).
FERRAGENS	Dobradiças e fechaduras tubulares para divisórias, na cor preta, com duas chaves. As fechaduras devem permitir o fechamento com chave pelo lado externo do ambiente.
QUANTIDADE	PAINEL/PAINEL/VIDRO - 20,85m ² PAINEL/VIDRO/VIDRO – 17,90 m ² PORTAS COMPLETAS = 02 UNIDADES
OBS.	O Piso de porcelanato não poderá ser furado para a fixação das divisórias. A empresa deverá buscar outra forma de fixação no piso, através de colagem.
LOCAL DE INSTALAÇÃO	Cartório Eleitoral da 60ª ZE Rua 28 de Agosto, 420, Sala 1, Nova Esperança, 89270-000, Guaramirim/SC.

ATENÇÃO

- A empresa vencedora deverá executar os serviços de acordo com os documentos disponibilizados pelo TRESC, com perfeito acabamento, **conforme o projeto**.
- ANTES do início da execução dos serviços, a empresa vencedora deverá conferir as medidas no local, bem como avaliar as condicionantes para sua execução.

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

Na presente contratação não haverá parcelamento.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.10. Seleção do Fornecedor

A seleção do fornecedor se dará pela proposta de menor preço dentre os proponentes ou licitantes habilitados e classificados.

2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, será exigido:

- a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação;
- c) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

Os materiais pretendidos são oferecidos por diversos fornecedores e apresentam características normatizadas. Assim, podem ser considerados bens comuns, justificando, portanto, a utilização da modalidade “Pregão”, sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica, do tipo “Menor Preço”.

2.12. Impacto Ambiental

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Não há necessidade de adequação
Infraestrutura Elétrica	O TRE-SC será responsável pelo fornecimento de energia elétrica para a execução dos serviços.
Logística de Implantação	Deverá ser destinada uma área para o armazenamento dos materiais a serem utilizados.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	O piso deverá ser protegido com papelão e plástico.
Espaço Físico	Não há necessidade de adequação
Mobiliário	Será necessário deslocar o mobiliário para a execução do serviço.
Impacto Ambiental	Os seguintes impactos ambientais podem ser decorrentes desta contratação: <ul style="list-style-type: none">▪ geração de poeira.

2.13. Conformidade Técnica

- NBR 9050:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- ABNT NBR 11673:1990 – Divisórias leves internas moduladas – Perfis metálicos: Especificação.
- ABNT NBR 11675:2016 – Divisórias leves internas moduladas: Verificação da resistência aos impactos.
- Resolução CONAMA n.307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- Resolução CONAMA n.469, de 29.7.2015, que altera o art. 3 da Res. CONAMA n.307:2002.

2.14. Obrigações da Proponente

- 2.14.1 Recomenda-se à(s) empresa(s) proponente(s) realizarem visita técnica ao local onde serão prestados os serviços objeto deste Projeto Básico.
- 2.14.2 Caso a empresa opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser previamente agendada pelo e-mail zona060@tre-sc.jus.br ou telefone 47 3373 0967/47 988175446, das 13 às 19h, junto à Chefia do Cartório Eleitoral.
- 2.14.3 A visita técnica deve ser realizada pelo representante indicado pela empresa e acompanhada por representante do TRE-SC, designado para esse fim.
- 2.14.4 A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar em nenhuma hipótese o desconhecimento dos locais da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

2.15. Obrigações da Contratante

- 2.15.1 Autorizar o início dos serviços.
- 2.15.2 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos serviços pela



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONTRATADA, e sua aprovação pelo Contratante.

- 2.15.3 Promover a fiscalização da presente aquisição através da Seção de Engenharia e Arquitetura, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- 2.15.4 Emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais.
- 2.15.5 Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou outro motivo que justifique tal medida.
- 2.15.6 Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

2.16. Obrigações da Contratada

- 2.16.1. Antes de iniciar a execução dos serviços, visitar o local para avaliar condicionantes do projeto e interferências do sistema proposto em relação às instalações existentes.
- 2.16.2. Fornecer todos os dispositivos e acessórios, ferramentas, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços.
- 2.16.3. Empregar todos os materiais necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, responsabilizando-se por reparos e pela reposição dos materiais danificados em virtude da execução dos serviços.
- 2.16.4. Corrigir quaisquer problemas que surjam na edificação em função da instalação das divisórias, portas e janelas (problemas nos revestimentos de parede - emboço, reboco, pintura; problemas nos revestimentos de piso).
- 2.16.5. Executar os serviços mantendo as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.
- 2.16.6. Manter os empregados uniformizados com a identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho, conforme NR-18 e legislações federais, estaduais e municipais relativas à segurança e medicina do trabalho.
- 2.16.7. Seguir todos os procedimentos de segurança, tanto para os funcionários, transeuntes e demais pessoas envolvidas no processo, bem como às normas locais, estaduais e federais pertinentes.
- 2.16.8. Promover o imediato afastamento, após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus empregados que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da equipe de fiscalização do TRESC.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 2.16.9. Fornecer, sempre que solicitado pelo TRESA, em até 15 dias, comprovantes de pagamentos dos empregados e do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução deste contrato.
- 2.16.10. Dirigir e manter sob sua inteira responsabilidade o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para execução dos serviços, não tendo o TRESA nenhum vínculo empregatício com o referido pessoal.
- 2.16.11. Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como indenização que porventura daí originarem e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecem.
- 2.16.12. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados.
- 2.16.13. Responsabilizar-se pela proteção e conservação dos serviços executados até sua entrega ao TRESA.
- 2.16.14. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados, sem prévia anuência do TRESA.
- 2.16.15. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 2.16.16. Substituir o material/refazer o serviço, no prazo de 10 (dez) dias que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venha(m) a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que para a sua ocorrência não tenha contribuído - por ação ou omissão - o TRESA.
 - 2.16.18.1 Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos e/ou refazimento do serviço não interromperá a multa por atraso prevista na licitação.
 - 2.16.18.2 Correrão à conta da contratada todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço.
- 2.16.17. Reconstituir locais e/ou objetos que forem danificados, conforme art. 70 da Lei 8.666/93: *"O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado"*.
- 2.16.18. Proceder, ao final dos serviços, à limpeza e à remoção do material desnecessário e indesejável.

2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Relacionados no item 2.7 deste Projeto Básico.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

- Painéis com miolo MSO ("*honey comb*"), de 35mm de espessura e portas de 900mm, na cor branca. Linha Divilux, Eucaplac UV, da Eucatex.
- Perfis metálicos de tipologias diversas, na cor preta, da Linha Divilux, Eucaplac UV, da Eucatex.
- Fechadura Tubular Botão/Chave, Linha Divisória, cor preto (fosco), da Fechaduras Vouga.

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

3.1.2. Códigos SIASG

Divisórias navais: 313791.

3.1.3. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica.

Florianópolis, em 23 de junho de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

Após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC, a empresa deverá agendar visita técnica ao local de execução dos serviços para a conferência das medidas e avaliação das demais condicionantes do projeto.

Durante o andamento dos serviços, as dúvidas sobre os projetos poderão ser sanadas pela SEA.

A Chefe do Cartório Eleitoral de Guaramirim, ou seu substituto, acompanhará a execução dos serviços e receberá o objeto, conferindo as especificações descritas no Contrato.

A comunicação entre o TRESC e a Contratada poderá ocorrer pelos seguintes canais:

- por meio de mensagem por e-mail da Seção de Engenharia e Arquitetura - cis-sea@tre-sc.jus.br e do Cartório Eleitoral - zona060@tre-sc.jus.br.
- pessoalmente, no local da prestação dos serviços.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

O prazo de entrega e instalação será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento, pelo licitante vencedor, do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC.

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora.

1.4. Prazos de Garantia

A garantia dos produtos e serviços deverá ser de, no mínimo, 5 anos, contados a partir do recebimento do objeto contratado.

É obrigação da CONTRATADA a reparação dos vícios e dos defeitos verificados dentro do prazo de garantia dos serviços, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

1.5. Acompanhamento do Contrato

Quaisquer dúvidas de projeto ou que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto ao Gestor da Contratação, qual seja, a servidora titular da função de Chefia do Cartório Eleitoral de Guaramirim ou seu substituto, pelo e-mail zona060@tre-sc.jus.br, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993. A chefia do cartório será tecnicamente assessorada pela Seção de Engenharia e Arquitetura



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

SEA/CIS/TRESC.

O Gestor da Contratação terá autoridade para:

- a) solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais;
- b) exigir o cumprimento de todos os itens desta especificação;
- c) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços.
- d) esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos projetos ou demais documentos, necessárias ao desenvolvimento dos serviços;
- e) aprovar materiais similares propostos pela CONTRATADA, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia, preço e desempenho requeridos pelas especificações técnicas.
- f) determinar a suspensão da execução dos serviços, com a consequente suspensão de contagem do prazo, em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRESC.

A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.

O recebimento definitivo dar-se-á em até:

- a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Os recebimentos provisório ou definitivo não excluem a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) *30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.*

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.11.2. Ficarão impedidos de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.2.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fazer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;
- h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e
- i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.2.2. As sanções previstas no subitem 1.11.2.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.2.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.3. Para os casos não previstos no subitem 1.11.2, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.3.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.3.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.3.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor do contrato;

1.11.3.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor do contrato;

1.11.3.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRESC, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

1.11.4. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.5. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.2 e na alínea "c" do subitem 1.11.4 são de competência do Presidente do TRESC.

1.11.6. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Pregão, bem como em eventuais substituições de produtos, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.6.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.6, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.6.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.7. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.4, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.8. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

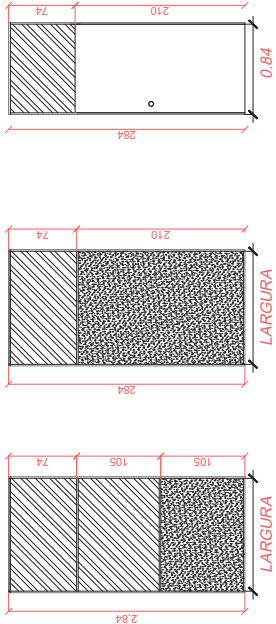
1.11.8.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.8.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

1.11.8.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 11.4 exaure-se a esfera administrativa.

QUANTIFICAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	LARGURA	ALTURA	QTD	UN
Divisória Painel/Painel/Vidro	7,34	2,84	20,85	m²
Divisória Painel/Vidro/Vidro	6,30	2,84	17,90	m²
Porta completa	0,84	2,10	2	un



OBSERVAÇÕES

1. Todas as medidas estão em metros.
2. Confeir medidas no local.
3. Divisórias com altura de 2,84 m - forro de gesso.

LEGENDA

Divisória



PROJETO:

DIVISÓRIAS

CARTÓRIO ELEITORAL DA 60ª ZONA ELEITORAL
RUA 28 DE AGOSTO, 420, sala 1, Nova Esperança - GUARAMIRIM/SC

SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - SEA
PALMYRA F REIS REPETTE - CREA 085995-2/SC

DESENHO: CARLA MARCON P M
Arquiteta Judiciária

DATA: ABRIL/2022

ESCALA: INDICADA (FOLHA A3)

PRANCHAS: [GUARAMIRIM] PERSIANAS